



DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

1. ENTE

Nome: Prefeitura Municipal de Itu / SP
Endereço: Avenida Itu 400 Anos, s/n
Bairro: Itu Novo Centro
Telefone: (011) 4886-9600
Fax: (011) 4886-9600
CNPJ: 46.634.440/0001-00
Complemento:
CEP: 13303-500
E-mail: gabinete.itu@terra.com.br

2. REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE

Nome: Valfrido Miguel Carotti
Cargo: Secretário
E-mail: fazenda@itu.sp.gov.br
CPF: 107.792.568-91
Complemento do Cargo: Secretário de Economia e Finanças
Data Início de Gestão: 02/01/2006

3. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL/MUNICÍPIO/UF

Nome: Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Itu - ITUPREV
Endereço: Avenida Antonio Gazzola, 1001
Bairro: Jardim Gazzola
Telefone: (011) 2715-9300
Fax: (011) 2715-9300
CNPJ: 12.870.883/0001-70
Complemento: 2º andar - sala 2B
CEP: 13301-245
E-mail: ituprev@gmail.com

4. REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA

Nome: Luiz Carlos Kahtalian Brenha de Camargo
Cargo: Superintendente
Telefone: (011) 2715-9300
Fax: (011) 2715-9300
Complemento do Cargo: Superintendente
E-mail: ituprev@gmail.com
CPF: 102.601.928-13
Data Início de Gestão: 01/03/2011

5. GESTOR DE RECURSOS

Nome: Kiara Farias Berni
Cargo: Diretor
Telefone: (011) 2715-9300
Fax: (011) 2715-9300
Complemento do Cargo: Diretora Administrativa e Financeira
E-mail: ituprev@gmail.com
CPF: 573.740.902-34
Data Início de Gestão: 01/03/2011
Entidade Certificadora: ANBIMA
Validade Certificação: 05/05/2014

6. RESPONSÁVEL PELO ENVIO

Nome: Luiz Carlos Kahtalian Brenha de Camargo
Telefone: (011) 2715-9300
Fax: (011) 2715-9300
Data de envio: 27/12/2012
CPF: 102.601.928-13
E-mail: ituprev@gmail.com

7. DEMONSTRATIVO

Exercício: 2013

Responsável pela Elaboração da Política de Investimentos: Luiz Carlos Kahtalian Brenha de Camargo

CPF: 102.601.928-13

Data da Elaboração: 17/12/2012

Data da ata de aprovação: 18/12/2012

Órgão superior competente: Conselho de Administração

Meta de Rentabilidade dos Investimentos

Indexador: INPC

Taxa de Juros: 6,00 %

Divulgação/Publicação: (X) Meio Eletrônico (X) Impresso

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos recursos	
	Limite da Resolução %	Estratégia de Alocação %
Renda Fixa - Art. 7º		
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, "a"	100,00	0,00
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100,00	100,00
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15,00	0,00
FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III	80,00	80,00
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV	30,00	25,00
Poupança - Art. 7º, V	20,00	0,00
FI em Direitos Creditórios – Aberto - Art. 7º, VI	15,00	7,00
FI em Direitos Creditórios – Fechado - Art. 7º, VII, "a"	5,00	4,00
FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, VII, "b"	5,00	4,00
Renda Variável - Art. 8º		
FI Ações referenciados - Art. 8º, I	30,00	10,00
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20,00	10,00
FI em Ações - Art. 8º, III	15,00	15,00
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5,00	5,00
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5,00	5,00
FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5,00	5,00
Total		270,00

Declaro que o valor excedido do limite do somatório dos Segmentos "Renda Fixa" e "Renda Variável", está compatível com a Política de Investimentos aprovada pelas instâncias competentes e consolidada neste Demonstrativo, conforme documentos arquivados

Cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos

O crescimento da economia em 2012 foi extremamente modesto mesmo com todas as medidas de estímulo já adotadas pelo governo, o que torna o resultado ainda mais pífio.

Dessa forma, conseguimos ainda perceber uma mudança no foco do Banco Central sobre como conduzir a economia (dando mais peso para o produto do que para a inflação, como é o caso americano, por exemplo).

Mas, até o momento, sem grandes impactos aparentemente, pois estamos muito distante do PIB Potencial.

No Brasil, o IPCA deve subir entre 5,3% e 5,4%, porém os cortes nas tarifas de energia elétrica podem ser mitigados pelo reajuste nos combustíveis.

Outra questão relevante para a inflação no próximo ano, que não está claramente definida, é a política monetária.

O governo e o BC estão dando frequentes indicações de que a taxa básica de juros deve permanecer estável em torno de 7,25% durante o ano de 2013, mas algum aperto poderá ser necessário para segurar a alta da inflação sinalizando um ciclo bastante diferente daquele que vimos durante o ano de 2012 impulsionado pela queda histórica das taxas de juros.

Já no campo da inflação, em 2011 o IPCA fechou em 6,5%, e para 2012 e 2013 as expectativas estão em 5,45% e 5,4% respectivamente (e vale dizer que em 2014 espera-se 5,34%).

Objetivos da gestão

A Política de Investimentos exerce um papel importante dentro do sistema gerencial de controle, organização e manutenção do RPPS. Tem a função de melhorar a administração dos ativos financeiros e facilitar a comunicação entre os gestores e o mercado financeiro.

Além disso, possibilita fazer adequações no âmbito do sistema de previdência, em decorrência de possíveis mudanças advindas do controle dos recursos aplicados no mercado financeiro que possam afetar o patrimônio do fundo.

Consiste em um instrumento gerencial que possibilita à Diretoria Executiva e ao Conselho Administrativo, junto ao Comitê de Investimentos, órgãos envolvidos na gestão dos recursos, buscarem uma melhor definição das diretrizes básicas e dos limites de risco aos quais serão expostos os conjuntos de investimentos do Instituto.

A política de investimentos estabelece, ainda, o referencial de rentabilidade buscada pelos gestores, a adequação das aplicações aos ditames legais e a estratégia de alocação de recursos para o período de 01/01/2013 a 31/12/2013.

Buscando alcançar o índice referencial de rentabilidade real para as aplicações dos recursos previdenciários, a estratégia de investimento proposta prevê sua diversificação nos segmentos de renda fixa e renda variável.

As aplicações em fundos de investimentos poderão ser efetuadas em mais de uma instituição financeira oficial e, preferencialmente, em fundos de investimentos organizados para receber recursos no termos da legislação federal aplicada aos RPPS.

A administração do Instituto, por meio da Política de Investimentos, propõe a preservação do capital do RPPS investido em níveis de baixo risco, mantendo-o dentro da taxa esperada de retorno, dos limites legais e operacionais, e da liquidez adequada dos ativos, traçando uma estratégia de investimentos capaz de garantir a meta atuarial anual ou, se possível, superá-la.

É importante ressaltar que, seja qual for alocação dos ativos, o mercado sempre estará sujeito a períodos adversos, ao menos em parte da carteira.

Desta forma, é imperativo que haja um prazo para que o RPPS possa ajustar essas flutuações, permitindo-se a recuperação em caso de perdas ocasionais.

Assim, o RPPS deve manter-se fiel à Política de Investimentos definida originalmente a partir de seu perfil de risco, remanejando seus recursos com o objetivo de equilibrar a carteira de investimentos.

Estratégia de formação de preços - investimentos e desinvestimentos

De acordo com a Resolução do CMN N° 3.922 de 2010, a atividade de gestão das aplicações dos recursos do para o exercício de 2012 será realizada por meio de gestão própria.

A competência para definir a aplicação dos recursos financeiros do Instituto é do Diretor Administrativo e Financeiro e do Superintendente, em conjunto com o Comitê de Investimentos.

A política de investimentos será fundamentada na diversidade de aplicações, buscando um baixo risco, que será apurado por empresa de assessoria financeira contratada pelo RPPS, observando-se o artigo 18 da Resolução do CMN N° 3.922 de 2010. Os recursos previdenciários deverão ser alocados nos segmentos de renda fixa e renda variável.

Para receber recursos do RPPS, a instituição financeira deverá apresentar documentos que possibilitem à Administração do RPPS avaliar a solidez patrimonial daquela, verificar o volume de recursos e a experiência positiva no exercício da atividade de administração de recursos de terceiros.

Os diversos tipos de aplicação deverão ser avaliados ao final de cada trimestre, podendo, a qualquer momento, serem efetuados eventuais ajustes, conforme recomendação da assessoria financeira.

Critérios de Contratação - Administração de carteiras de renda fixa e renda variável

Serão critérios para avaliação de contratadas:

- a) Solidez e imagem da instituição gestora e administradora;
- b) Credibilidade da instituição gestora e administradora junto ao mercado financeiro;
- c) Verificação do enquadramento das alternativas de investimento perante à legislação em vigor e a Política de Investimento;
- d) Análise do patrimônio líquido do gestor e respectivos fundos de investimento;
- e) Experiência positiva no exercício da atividade de gestão e administração de recursos de terceiros;
- f) Segregação das atividades (chinese wall) entre gestor e de recursos e a tesouraria da instituição financeira;
- g) Taxas cobradas (administração, performance, gestão, custódia e controladoria);
- h) Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central, pela Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente.

Testes Comparativos e de Avaliação para acompanhamento dos resultados dos gestores e da diversificação da gestão externa dos ativos

O monitoramento da rentabilidade dos fundos e títulos que compõem a carteira do RPPS terá a periodicidade mensal, trimestral, semestral e anual.

A cada trimestre os administradores de carteira deverão apresentar relatórios para avaliação de rentabilidade, objetivando a melhor forma de alocação de recursos em termos de rentabilidade, diversificação e gerenciamento de riscos.

Observações

Preliminarmente, devemos observar as diretrizes da Resolução do CMN N° 3.922 de 2010 quanto ao enquadramento das aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social. Até o respectivo enquadramento nos limites e condições estabelecidos na Resolução, ficam os Regimes Próprios de Previdência Social impedidos de efetuar novas aplicações que onerem os excessos porventura verificados, relativamente aos limites ora estabelecidos.

O Instituto opta por uma gestão com perfil conservador, o que significa não se expor a alto nível de risco. Contudo, tendo em vista garantir, ou superar a meta atuarial, essa gestão buscará as melhores rentabilidades dentro dos investimentos selecionados.

Declaração: A Política de Investimentos completa e a documentação que a suporta, encontra-se à disposição dos órgãos de controle e supervisão competentes

Representante Legal do Ente:	107.792.568-91 - Valfrido Miguel Carotti	Data: __/__/__	Assinatura:
Representante Legal da Unidade Gestora:	102.601.928-13 - Luiz Carlos Kahtalian Brenha de Camargo	Data: __/__/__	Assinatura:
Gestor de Recurso RPPS:	573.740.902-34 - Kiara Farias Berni	Data: __/__/__	Assinatura:
Responsável:	102.601.928-13 - Luiz Carlos Kahtalian Brenha de Camargo	Data: __/__/__	Assinatura: